

# **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       , DE 2011 – COMPLEMENTAR**

*Dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.*

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º As instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem garantir o direito a quitação antecipada ou amortização, no todo ou em parte, por solicitação de seus clientes, de contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Art. 2º O valor presente dos pagamentos previstos para fins de amortização ou de liquidação antecipada dos contratos de que trata o art. 1º deve ser calculado mediante redução proporcional dos juros e quaisquer outros acréscimos.

Parágrafo único. É facultada a negociação da taxa de juros a ser aplicada na operação de amortização ou liquidação antecipada, desde que não exceda, em hipótese alguma, a taxa de juros pactuada no contrato.

Art. 3º É vedada a cobrança de tarifa ou multa, a qualquer título, que penalize o cliente em virtude de liquidação antecipada ou amortização dos contratos de que trata o art. 1º.

Art. 4º Observado o disposto nesta Lei, os contratos de que trata o art. 1º devem conter planilha detalhando todos os ônus incidentes sobre cada parcela da respectiva operação, além de cláusula específica sobre a taxa de desconto aplicável para fins de amortização ou liquidação antecipada.

Art. 5º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita as instituições financeiras e os seus administradores às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A quitação antecipada de uma dívida bancária é um direito do consumidor. De fato, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), preconiza, em seu art. 52, § 2º, ser assegurada “a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos”.

Também a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.878, de 26 de julho de 2001, conhecida como Código de Defesa do Consumidor Bancário, preconiza que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações com os clientes, “devem assegurar o direito a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros”.

A despeito desses dispositivos, a realidade é que durante muitos anos a relação entre os devedores e os bancos esteve desequilibrada, inclusive com a ocorrência de abusos. De fato, a Resolução do CMN nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, dispõe sobre a quitação antecipada de operações de arrendamento mercantil, mas apenas mediante recebimento de recursos transferidos por outra instituição da espécie, e não por parte dos próprios arrendatários. Além disso, o que é mais grave, permitiu a cobrança de tarifa direta e linearmente relacionada com o prazo remanescente e com a parcela não amortizada.

É de se ressaltar que a vedação da cobrança da tarifa aqui referida só se deu a partir de demanda formulada por Grupo de Trabalho sobre tarifas bancárias composto pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, juntamente com o próprio BC, Ministério da Justiça e Ministério Público Federal, por meio da edição da Resolução do CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007.

Infelizmente, a Resolução nº 3.516, de 2007, foi insuficiente para disciplinar a matéria a contento. Isso porque determina que, para o cálculo do valor presente dos pagamentos antecipados, no caso de contratos com prazo a decorrer superior a 12 meses, deve ser utilizada taxa equivalente à soma do *spread* na data da contratação original com a taxa Selic apurada na data do pedido de amortização ou de liquidação antecipada.

Trata-se de regra desfavorável ao cliente, que evidentemente é a parte mais fraca da relação contratual, a quem é imposto um ônus adicional e imprevisível, na medida em que depende do comportamento futuro da taxa Selic.

A proposição que ora submeto à apreciação dos ilustres Pares, aos quais peço apoio, visa a estancar em definitivo a ocorrência de abusos nessa seara, propiciando a celebração de contratos mais justos e equilibrados.

Sala das Sessões,

**Senadora LÍDICE DA MATA**